Revista do SESCON RS

Ano VIII
nº 28

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - junho de 2004

Gestão 2000/2003

Trabalho de Excelência na Busca pela Qualidade Total

Mantenha vivo o sonho de nossas crianças: ter um lar e uma família.

Com apenas R$10,00 por mês, você ajuda o Eduardo, a Vitória e outras milhares de crianças a ter um futuro diferente, vivendo em um lar, com os irmãos, a Mãe Social e, principalmente, o amor de uma família.

Seja um Amigo SOS!
Ligue 0800-160633
ou acesse o site: www.aldeiasinfantis.org.br

Aldeias Infantis SOS Brasil

Luiz Carlos Bohn
presidente

Estamos iniciando nossa gestão frente ao SESCON/RS, com muita vontade, determinação e responsabilidade. Temos a intenção de prosseguir com o trabalho da diretoria anterior, ampliando nosso quadro associativo e oferecendo, cada vez mais, cursos, seminários e informação.

O grupo que passa hoje a dirigir o SESCON/RS, metade dele constituído por novos companheiros, tem uma série de compromissos com a categoria que representa e, por isso, nossa administração será participativa. Contamos, para tanto, com o apoio e colaboração de todos. No SESCON/RS a diversidade de categorias representadas exige trabalho abnegado, com objetivos determinados.

Uma de nossas preocupações é a Reforma Sindical que continua sendo polêmica, tanto para entidades patronais, como de trabalhadores. A Reforma Sindical deve servir para abrir caminho à reforma trabalhista, que promete somar avanços à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor há mais de 50 anos.

O processo de interiorização é também um dos maiores desafios do SESCON/RS, pois através deste trabalho será possível beneficiar as empresas representadas nas regiões onde o Sindicato ainda não possui forte atuação.

O importante é não perdermos nossa força como representantes de categoria. Precisamos nos fortalecer para bem dirigir a entidade e defender nossos direitos.

Sumário

4 ACONTECEU

5 ARTIGO

6 INFORME TÉCNICO

7 ESPECIAL

11 ENTREVISTA

13 GERAL

15 GESTÃO

20 NOTÍCIAS

22 CRÔNICA

16, 17 e 18/03

A Lei Complementar Federal nº 116/03 e a Lei Complementar Municipal de Porto Alegre nº 501/03, foram temas da palestra sobre ISSQN, ministrada por André Brum de Sá.

12, 13, 14 e 15/04

Conscientizar os participantes da importância da recepção ao cliente e do atendimento telefônico como fator de imagem da Organização foram os objetivos do curso "Criatividade na Recepção e Atendimento ao Cliente", coordenado pelo Consultor Sérgio Pureza.

16/04

O curso "Imposto de Renda Pessoa Física", foi ministrado pelo Contador João Roberto Domingues Pinto.

10 a 19/05

"Fundamentos Básicos para o Gerenciamento da Qualidade" foi o curso com duração de 32 horas/aula, ministrado pelo Consultor Ronaldo Gonçalves Soares. A metodologia do curso é baseada no modelo adotada pelo programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, na aplicação dos 8 critérios do Sistema de Avaliação (PNQ) e no sistema de gestão para certificação ISO 9000.

17 a 20/05

Melhorar a eficácia da comunicação através da boa dicção, objetividade, entusiasmo, expressividade e da utilização de padrões de linguagem adequados ao objetivo de comunicação foi o objetivo do curso "Dicção, Desinibição e Oratória", ministrado pelo Relações Públicas Ivo Balestrin.

18/05

O programa do curso "Atualização Previdenciária" foi dividido em dois módulos: Gestão de Riscos Ocupacionais e Cessão de Mão-de-Obra, que contou com a coordenação do contador João Luiz Póvoa.

25/05

"DIPJ 2004 – Ano Calendário 2003", foi o curso realizado pelo Contador José Fernando Gado Torres.

27/05

A medida provisória nº 164/2004 que instituiu o PIS e COFINS na importação de Bens e Serviços foi transformada na Lei nº 10.865/2004 e foi o tema do curso "PIS E COFINS na Importação de Bens e Serviços".

Expediente: Revista do SESCON

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON/RS

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343 2090 Fax: (51) 3343 2806
Cep: 90240-480 - Porto Alegre - RS
http: //www.sescon-rs.com.br
E-mail: sescon-rs@sescon-rs.com.br

DIRETORIA

Titulares
Presidente: Luiz Carlos Bohn
Vice-presidente: Marcos Gilberto Leipnitz Griebeler
Diretor-administrativo: Barcelides Moresco
Vice-diretora administrativa: Inelva Fátima Lodi
Diretor-financeiro: Décio Luiz Becker
Vice-diretor financeiro: Júlio Roberto Lopes Martins
Diretor de relações de trabalho: José Roberto Santos Pires
Diretor de assuntos legislativos: Olemar Antônio Ferreira Teixeira
Diretores regionais:
José Inácio Lenz
Sérgio Gilberto Dienstmann
Décio Hugentobler
Raul de Moraes Loch

Suplentes:
Flávio Dondoni
Carlos Fernando Paleo da Rocha
Rubilar José Bernardes Filho
Luiz Carlos Duarte de Oliveira
Jorge Luiz Bersch
Ângelo Mari Machado
Marice Franchetti Guidugli
Lauro Ângelo Cerutti
Neiva Inês da Silva Bilhar
Eduardo Hipólito Dias Sinigaglia
José Oliveira Furno

CONSELHO FISCAL

Titulares:
Eldo Luft
Osvino Scheider
Maria Rosa de Freitas

Suplentes:
Ito Frederico Troller
Paulo Ricardo Maia

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Titulares:
Luiz Carlos Bohn
Tadeu Saldanha Steimer

Suplentes:
Nestor João Biehl
Joel Carlos Köbe

CONSELHO EDITORIAL
Tadeu Saldanha Steimer
Flávio Obino Filho
Nádia Maria Vieira
Nestor João Biehl
José Roberto Santos Pires
Maria Rosa Freitas
Jussara Corrêa

Edição:
Jeito de Comunicar, Assessoria de Comunicação e Marketing
Rua Caiú, 524
Fone/Fax: (51) 3345-2662
jeitodecomunicar@jeitodecomunicar.com.br
Editora-responsável: jornalista Mariza Franck reg. prof. 8611/RS)
Reportagem: Mariza Franck/ Carla Seabra
Direção de Arte: Alessandra Guridi Colossi
Revisão: Bárbara Peña
Tiragem: 3000 exemplares
Impressão e fotolitos: Nova Prova

O Fórum Nacional do Trabalho e o Sistema de Solução dos Conflitos Coletivos

"A lei deverá assegurar a negociação como um processo de diálogo permanente entre trabalhadores e empregadores."

A distância entre o fato e a versão a ele dada, em alguns casos, pode ser oceânica. Um exemplo atual é a proposta de reforma sindical. Os dados divulgados, neste caso em particular, se apresentam discrepantes quando comparados com as conclusões realmente consensadas em âmbito do FNT.

Todos nós assistimos o Ministro Berzoini anunciar, quando da entrega do projeto ao Presidente Lula, que uma das virtudes da proposta era o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. Parece mentirinha de criança. A papinha é levada à boca como se fosse um aviãozinho, mas continua sendo papinha.

O instituto foi rebatizado como arbitragem pública, mas mantém as mesmas características de intervenção do Estado na solução de conflitos coletivos do trabalho. A idéia é maquiar o poder normativo e apresentá-lo como uma novidade. A mudança, na verdade, é de 360º, ou seja, não leva a lugar algum, mas perde durante o movimento mecanismos de segurança jurídica.

O sistema proposto para a solução dos conflitos coletivos de trabalho se alicerça na negociação coletiva que continuará sendo obrigatória - o que não significa que as partes estejam obrigadas a chegar a um acordo. A lei deverá assegurar a negociação como um processo de diálogo permanente entre trabalhadores e empregadores. Dentro da lógica centralizadora e intervencionista e que privilegia as cúpulas sindicais que balizou as conclusões do FNT, há na proposta um deslocamento do eixo negocial. Com efeito, as negociações serão conduzidas diretamente pelas entidades de nível superior (centrais e confederações) que indicarão as cláusulas que não poderão ser modificadas pelos sindicatos. Assim, os sindicatos deixam de ser os atores principais das negociações coletivas e terão sua legitimação para negociar condicionada aos limites que serão impostos pelas entidades de cúpula.

Conforme a proposta do FNT, a lei estabelecerá o prazo de vigência de até 3 (três) anos das cláusulas normativas. Findo o prazo ajustado, as cláusulas permanecerão sendo de cumprimento obrigatório (hoje valem apenas durante o período de vigência) por mais 90 (noventa) dias, prazo este que poderá ser prorrogado pelas próprias partes. Durante este prazo, caso a negociação direta não seja exitosa, os atores em conflito poderão optar para meios de solução voluntários e impulsionados de comum acordo, de natureza pública ou privada, contemplando a conciliação, a mediação e a arbitragem. Desta forma, como uma novidade, se reafirma o modelo consagrado na "Lex Legum" de 1988.

Não sendo feita a opção pelos meios alternativos, o conflito será, obrigatoriamente, submetido à chamada arbitragem pública, que nada mais é do que a fixação de condições de trabalho e salário pela Justiça do Trabalho, o que aprendemos, nos bancos acadêmicos e na atividade profissional, a denominar poder normativo. A decisão da Justiça do Trabalho será pronunciada em um prazo máximo de 10 (dez) dias, permanecendo em vigor durante este período o instrumento normativo anterior.

O modelo consagra a sobrevigência das cláusulas coletivas, antiga luta do movimento operário e que engessa a negociação coletiva, e mantém o poder normativo. Em exercício de engenharia jurídica infantil – parece mais uma vez brincadeira de criança – o Poder Judiciário é tratado como árbitro público, com a não declarada, mas visível intenção de se afastar os princípios gerais do processo judicial, sem o afastamento da Justiça do Trabalho. O poder normativo, assim, subsiste como arbitragem pública compulsória, mas a ele não mais se aplicam os princípios constitucionais da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição, tudo em um passe de mágica ao melhor estilo David Copperffield. A proposta, depois de dissecada, é flagrantemente inconstitucional, pois a intervenção de uma instância do Poder Judiciário será sempre judicial e não poderá prescindir de respeitar princípios consagrados na Constituição Federal.

Os fatos são teimosos.

Flávio Obino Filho
advogado

A Diferença entre a tributação na Sociedade de Profissionais e Profissionais Autônomos

A grande carga tributária existente hoje no País, que alcança cerca de 40% do Produto Interno Bruto no atual Governo, não demonstra a menor aptidão para rever os gastos públicos, se reflete tanto na tributação das pessoas físicas quanto das jurídicas.

Ganho relevo, neste aspecto, discutir como podem os profissionais prestadores de serviços diminuir a incidência tributária, sem expor a riscos de autuações por parte das Fazendas Públicas. Neste ponto, conveniente averiguar se há diferença de tributação entre as profissionais prestadores de serviços reunidos em sociedades ou se a incidência seria menor em trabalhando de forma isolada, como autônomos.

Na tributação das pessoas físicas, há a incidência dos seguintes tributos: imposto sobre serviços, de competência municipal, cujas alíquotas variam de 2% a 5% sobre o valor dos serviços ou por valor fixo em se tratando de profissão cujo exercício é regulamentado por lei; imposto de renda das pessoas físicas, cujas alíquotas devem observar a tabela progressiva da Receita Federal; e, para aqueles que quiserem, a contribuição previdenciária para o INSS.

Já as pessoas jurídicas são tributadas pelo imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição para o INSS, PIS, COFINS e o imposto sobre serviços. Pela Lei nº 10.833/03, há retenção na fonte de parte dos valores pagos pela prestação de serviços, a título de Imposto de Renda, PIS, COFINS e CSLL.

Ainda que, num primeiro momento, o número de tributos a pagar na pessoa jurídica seja maior do que da pessoa física, em termos percentuais o valor é menor naquela que nesta. A incidência tributária, considerando todos os tributos devidos pela pessoa jurídica em face de uma nota fiscal emitida a título de prestação de serviços, por exemplo, de uma sociedade de advogados, fique ao redor de 12%, se este mesmo valor for superior a R$ 2.115,00 a tributação será de 27,5% somente a título de imposto de renda.

Veja-se que a distribuição de lucros gerados nas pessoas jurídicas, quando distribuídos aos sócios, está isento do pagamento do imposto de renda e da contribuição para o INSS.

Portanto, caros leitores, a diferença de tributação entre o que pagam as pessoas físicas e as pessoas jurídicas, justifica que se verifique matematicamente a vantagem de se trabalhar de forma autônoma ou reunindo-se com outros profissionais em sociedade.

Evidentemente, há de se computar os custos de manutenção de uma sociedade. Todavia, as possibilidades de economia fiscal que tal situação gera é algo que deve ser considerado pelo profissional prestador de serviços.

Há de se considerar, por fim, que o Governo Federal está abertamente estudando a possibilidade de criação de uma nova fixa, de 35%, para a tabela de incidência do imposto de renda, com o que a carga tributária na pessoa física sofrerá reflexos.

Cláudio Leite Pimentel
Advogado tributarista

A Polêmica Reforma Sindical

Finalmente, depois de muitos anos de discussões, projetos e negociações, a Reforma Sindical deve sair da esfera dos "sonhos" para, efetivamente, ser implantada. O governo até já admite que a finalização só ocorra em 2005, porém, o importante é que patrões e empregados estão unidos para que a reforma aconteça e existe vontade política do governo de implementá-la.

A Reforma Sindical continua sendo polêmica em diversos setores da economia. Sindicatos de base, tanto patronais como de empregados, divergem de posições adotadas pelas cúpulas sindicais (centrais e confederações), e grandes empresas empregadoras se dizem alijadas das discussões.

O Governo Federal, mantendo a política de constituição de comissões tripartites de concertação, modelo espelhado no sistema espanhol, criou o Fórum Nacional do Trabalho com o objetivo de permitir ampla discussão entre os atores das relações capital e trabalho, com os representantes do Governo, com vistas a apresentação de uma proposta de reforma sindical. Neste formato, as conclusões do Fórum seriam encaminhadas ao Congresso Nacional com o carimbo e a chancela de toda a sociedade. A expectativa, assim, era de uma tramitação rápida no Congresso Nacional, culminando com a aprovação da Reforma Sindical.

A verdadeira obra de engenharia criada pelo Governo Federal começa a apresentar problemas graves na sua estrutura. Sindicatos de base, tanto patronais como de empregados, grandes empresários e trabalhadores ditos independentes, assumiram uma posição contrária as conclusões do Fórum Nacional, taxando a reforma ali construída de uma obra das cúpulas sindicais, sem o respaldo das bases representadas.

Negociação coletiva e Poder Normativo da Justiça do Trabalho

A forma de solução dos conflitos coletivos é alterada pela proposta encaminhada pelo Fórum. Hoje, os sindicatos de trabalhadores e patrões iniciam a negociação de um acordo coletivo antes da data-base, que é o período anual para revisão dos acordos, incluindo o reajuste salarial. Não havendo acordo, uma das partes pode acionar a Justiça do Trabalho, ajuizando um dissídio coletivo. Cabe, então, à Justiça do Trabalho definir as regras para o acordo, que passam a ser normas de cumprimento obrigatório. As decisões dos tribunais regionais do trabalho, são passíveis de revisão pelo TST e STF, quando tratam de matéria constitucional.

Pelas novas regras, a negociação coletiva será incentivada sem qualquer restrição, especialmente em relação as chamadas datas-base, que poderão ser estabelecidas pelas partes de comum acordo (a lei estabelecerá o prazo de vigência de até 3 (três) anos para as cláusulas do instrumento normativo, salvo acordo em sentido contrário. Findo o prazo ajustado, as cláusulas permanecerão sendo de cumprimento obrigatório (hoje valem apenas durante o período de vigência) por mais 90 (noventa) dias, prazo este que poderá ser prorrogado pelas próprias partes. Durante este prazo, caso a negociação direta não seja exitosa, os atores em conflito poderão optar por meios de solução voluntários e impulsionados de comum acordo, de natureza pública ou privada, contemplando a conciliação, a mediação e a arbitragem. Segundo o advogado Eduardo Caringi Raupp, de Flávio Obino Fº Advogados Associados, "desta forma, como uma novidade, se reafirma o modelo consagrado na Constituição Federal de 1988". Não sendo feita a opção pelos meios alternativos, o conflito será obrigatoriamente submetido à chamada arbitragem pública.

Sobre a alteração proposta o Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini diz que "na reforma sindical, apresentamos uma nova forma de composição em que a negociação coletiva é prioritária e o julgamento pela Justiça do Trabalho desaparece, podendo permanecer, no máximo, a presença da arbitragem pública. Isso tem implicação no artigo 115 da proposta de reforma judiciária e nós consideramos que é preciso dar o tratamento adequado para esta reforma não conflitar com a sindical". O ministro destacou, também, que a reforma sindical busca garantir um sindicalismo representativo, uma negociação coletiva real, efetiva, e um sistema de composição de conflitos que seja adequado a uma sociedade democrática. "Na verdade o que está proposto na reforma sindical é que deixe de existir a figura do poder normativo como temos hoje, em que o Tribunal pode fixar normas, e passará a haver uma arbitragem pública, quando necessário. Isso devolve à Justiça do Trabalho a sua competência mais fundamental, que é garantir uma boa prestação jurisdicional em relação aos conflitos de natureza individual", finalizou

A decisão da Justiça do Trabalho será pronunciada em um prazo máximo de 10 (dez) dias, permanecendo em vigor durante este período o instrumento normativo anterior. O advogado Eduardo Raupp discorda do Ministro Berzoini. Segundo Raupp a dita arbitragem pública "nada mais é do que a fixação de condições de trabalho e salário pela Justiça do Trabalho, o que aprendemos, nos bancos acadêmicos e na atividade profissional, a denominar poder normativo", complementando que o modelo aprovado no Fórum "consagra a sobrevigência das cláusulas coletivas, antiga luta do movimento operário e que engessa a negociação coletiva, e mantém o poder normativo, que é tratado como árbitro público, com a não declarada, mas visível intenção de se afastar os princípios gerais do processo judici-

al, sem o afastamento da Justiça do Trabalho" Diz, ainda, que "o poder normativo, assim, subsiste como arbitragem pública compulsória, mas a ele não mais se aplicam os princípios constitucionais da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição, e que a proposta, depois de dissecada, é flagrantemente inconstitucional, pois a intervenção de uma instância do Poder Judiciário será sempre judicial e não poderá prescindir de respeitar princípios consagrados na Constituição Federal".

Outra crítica ao projeto do Fórum é a de que as novas regras da negociação coletiva privilegiarão as entidades de cúpula, como as centrais sindicais e as confederações patronais. Há na proposta um deslocamento do eixo negocial. As negociações serão conduzidas diretamente pelas entidades de nível superior que indicarão as cláusulas que não poderão ser modificadas pelos sindicatos. Assim, os sindicatos deixam de ser os atores principais das negociações coletivas e terão sua legitimação para negociar condicionada aos limites que serão impostos pelas entidades de cúpula.

Organização Sindical

A reforma proposta é ainda mais confundente quando trata da organização sindical. Encoberta por um discurso de liberdade de associação, a proposta admite a pluralidade sindical (mais de um sindicato representativo de uma mesma atividade), mas cria regras de intervenção no modelo de organização sindical que impossibilitam a criação de novas entidades ou mesmo a manutenção das já existentes.

"É preciso estancar a 'farra sindical' onde, a cada ano, cerca de 600 novos sindicatos solicitam registro no Ministério do Trabalho. São 50 sindicatos por mês; 2,17 a cada dia. Muitos deles 'fantasmas'(sindicatos de gaveta), às vezes patrocinados por empresas com o único intuito de dividir os trabalhadores ou cobrar o imposto sindical", afirma Artur Henrique da Silva Santos, secretário nacional de Organização da CUT.

De 1991 a 2001, o número de sindicato cresceu na ordem de 49%. No mesmo período, entretanto, o número de associados a sindicatos de trabalhadores cresceu apenas 22%. Desde o final da década de 1990, o Ministério do Trabalho tem concedido uma média de 600 novos registros sindicais por ano.

A proposta de Reforma Sindical prevê que as organizações sindicais de trabalhadores serão constituídas por setor e ramo de atividade econômica, não mais por categoria. A regra acaba com as categorias profissionais diferenciadas e permite que trabalhadores da mesma atividade, mesmo que empregados de empresas tomadoras e prestadoras de serviços (terceirização) se reúnam em uma mesma atividade. O modelo proposto privilegia as centrais sindicais e confederações, permitindo que estas criem ou admitam sindicatos de representação derivada, segundo critérios de representação por elas definidos. Os sindicatos que quiserem se manter ou forem constituídos à margem das entidades de cúpula terão que comprovar a representatividade a partir de critérios de impossível aferição e de atingimento quase impossível. Pela proposta é ressuscitada a Comissão do Enquadramento Sindical (agora Conselho Nacional de Relações do Trabalho) vinculada ao Ministério do Trabalho, o estatuto padrão e o controle do registro sindical.

De acordo com o Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, "é preciso superar a estrutura sindical, que já está ultrapassada, dando mais dinamismo à economia. Precisamos que trabalhadores e empresários tenham consciência e convicção da importância de suas entidades, que saibam que a atual legislação não é mais adequada ao cenário atual das relações de trabalho, no Brasil.

Flávio Sabbadini, presidente do Sistema FECOMÉRCIO-RS, diz que "a reforma sindical virá em boa hora e as propostas discutidas no Fórum Nacional do Trabalho, formado por representantes do Governo, dos empresários e dos trabalhadores, que estão sendo enviadas ao Congresso Nacional, irão modernizar toda a estrutura tecnológica, tanto no que diz respeito ao sindicalismo empresarial, como ao sindicalismo do trabalhador. A reforma sindical proposta irá modernizar o atual sistema por meio dos indicadores de medição de gestão e irá proteger os interesses bilaterais".

Perguntado sobre o término da contribuição sindical, Sabbadini lembra que "a estrutura sindical que temos, hoje, no Brasil, data dos anos 30/40. Entretanto, o 'fator' imposto sindical está destorcido da realidade que os sindicatos vivem atualmente. A partir da reforma discutida no Fórum Nacional do Trabalho teremos uma contribuição cujo valor será reflexo da boa negociação".

Luiz Carlos Bohn, presidente do SESCON-RS, também debate sobre a Reforma Sindical, e afirma que ela é extremamente necessário, para frear a multiplicação desmedida de sindicatos, tanto patronais, como de trabalhadores. Ele diz que "a própria lei que criou a estrutura sindical é arcaica, precisando se adequar aos tempos atuais". É preciso, segundo ele, "aguardar a votação no Congresso Nacional, uma vez que a proposta foi feita numa aliança entre entidades patronais, de trabalhadores e Governo".

Os critérios eleitos para reconhecimento fora da estrutura das centrais e confederações de novos sindicatos ou

manutenção da legitimidade dos atuais são de difícil atingimento e aferição quase impossível. Os sindicatos laborais teriam que reunir 20% (vinte por cento) dos trabalhadores do ramo de atividade; e os patronais sindicalização, soma do capital social das empresas associadas e soma de empregados das empresas associadas também superior a 20% (vinte por cento) do total. Como o reconhecimento é feito pela cúpula sindical e Estado (estruturas bipartites e tripartites) a tendência é de concentração sindical em poderosas centrais de trabalhadores e confederações sindicais. Segundo o advogado Eduardo Raupp "em nome da liberdade, instala-se uma nova e aperfeiçoada sistemática de intervenção, em que o alinhamento político com a cúpula sindical será decisivo para a legitimação sindical. O sistema, contudo, dirigido para o bem e não se curvando à pressão política poderá funcionar".

Contribuição Negocial

A proposta aprovada pelo Fórum Nacional do Trabalho, e que serviu de base para o texto da reforma sindical, propõe a extinção da contribuição sindical.

No caso das empresas a contribuição sindical será extinta em cinco anos a partir da vigência da nova legislação sindical. Durante os dois primeiros anos será mantido o atual sistema de recolhimento e repasse, sendo posteriormente diminuída gradativamente. A parcela dos sindicatos que hoje é de 60% será diminuída para 40%, 30% e 20%, respectivamente, no 3°, 4° e 5° ano. A contribuição sindical será substituída pela contribuição negocial, de periodicidade anual e vinculada a negociação coletiva. As empresas sem empregados estarão isentas do recolhimento, o que coloca em risco a manutenção de entidades de autônomos, holdings e condomínios, que normalmente não têm empregados. O valor mínimo da contribuição de negociação coletiva será de R$ 100,00, reajustado anualmente, e o valor máximo não poderá ultrapassar 800 (oitocentas) vezes o valor mínimo cobrado. A contribuição de negociação, como a atual sindical, será partilhada: Confederação (10%), Federação (20%), Sindicato (65%) e Fundo Solidário (5%).

A extinção da contribuição sindical dos trabalhadores ocorrerá em três anos também de forma gradual, sendo substituída pela contribuição de negociação. Pelo projeto, a contribuição será recolhida de todos os trabalhadores beneficiados pela negociação coletiva, independentemente de filiação sindical e terá teto de 1% da remuneração líquida anual de todos trabalhadores. Isso poderá fazer que o desconto ultrapasse 13% de um salário mensal, representando aumento no valor quando comparada com a contribuição atual. Hoje, todo trabalhador é obrigado a pagar, uma vez por ano, o imposto sindical - um dia de salário no ano ou 3,3% de um salário mensal. Se for aprovada a nova proposta, a contribuição passará a ser até 294% superior à atual. Quem recebe, hoje, por exemplo, um salário de R$ 1.000, paga R$ 33, no ano de contribuição sindical. Com a contribuição negocial, poderá pagar até R$ 130 no ano.

A vantagem da reforma sindical é a substituição de todas as taxas atuais - contribuições sindical, confederativa (custeia confederações nacionais, federações estaduais e sindicatos) e assistencial (cobrada como resultado das negociações salariais feitas pelos sindicatos) - por uma única contribuição com teto que poderá ser derrubado em assembléia dos trabalhadores da categoria, na qual até os não filiados terão direito a voto.

Novos Desdobramentos

No último dia 20 de maio, os membros da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho iniciaram o debate sobre a forma de substituição processual dos sindicatos para os seus representados, perante o Poder Judiciário. Eles decidiram, no entanto, realizar mais uma reunião nos dias 29 e 30 de junho com o objetivo é concluir a negociações acerca do tema. Outro ponto em aberto é o da representação dos trabalhadores no local de trabalho.

O governo já admite que a aprovação da Reforma Sindical só deverá ocorrer em meados de 2005. "Não quero vender a ilusão de que a votação ocorrerá neste ano, não há tempo hábil", declarou o ministro Berzoini, durante debate sobre o tema. "O calendário parlamentar tem prazos para discussão e votação e seria uma hipocrisia dizer que é possível cumprir todo o prazo para votar a emenda constitucional em 2004" (fonte: www.ultimosegundo.ig.com.br). Os trabalhos do Fórum Nacional foram concluídos no mês de março. Até hoje o texto da proposta, que deverá ser instrumentalizado sob a forma de projetos de emendas constitucionais e projetos de lei, não saiu do Ministério do Trabalho, sendo certo que deverá ainda passar pela Casa Civil, antes de ser enviado para o Congresso. Certamente teremos grandes embates na discussão da Reforma Sindical no Congresso Nacional, pois o horizonte de tranqüilidade imaginado pelo Governo Federal está cada vez mais distante, multiplicando-se a cada dia o número de críticos da proposta articulada pelo Fórum Nacional.

Luiz Carlos Bohn assume SESCON/RS em época de Reforma Sindical

Bohn é contador, empresário da contabilidade, vice-presidente de finanças da Fecomércio-RS, presidente do Comitê Setorial de Serviços SESCON/RS, conselheiro suplente do CRC/RS, representante do SESCON/RS junto à Fenacon e foi o vice-presidente da entidade durante a gestão de Tadeu Steimer.

Com uma grande visão de equipe e de futuro, o novo presidente do SESCON/RS, Luiz Carlos Bohn, assumiu a entidade em maio deste ano para o triênio 2004-2007. Em entrevista a revista do SESCON/RS, Bohn falou sobre os objetivos e metas de sua gestão.

Como o senhor avalia o SESCON/RS?

Como um dos sindicatos patronais mais importantes tanto no Sistema Fecomércio-RS quanto na esfera nacional. E digo isso, porque o SESCON/RS tem uma estrutura física, funcional e administrativa que permite com que ele exerça sua função de bem representar. É um sindicato eclético com uma ampla base de representação, desde empresas de serviços contábeis, perícias, informações, pesquisas e assessoramento.

Quais suas propostas para o Sindicato?

Pretendemos (e isso está registrado em nossa plataforma por ocasião do pleito que nos elegeu) manter nossa Revista como meio de informar as categorias representadas por nós, abordando assuntos pertinentes aos segmentos; dar continuidade aos cursos e eventos; manter o Grupo de Estudos da Contabilidade, que se reúne mensalmente para discutir e encaminhar assuntos de interesse da categoria; vamos ampliar nossa participação em campanhas sociais, nas atividades do Comitê Setorial de Serviços SESCON/RS (PGQP), enfim, vamos trabalhar para manter a qualidade já apresentada aos nossos representados/associados e ampliar nossas ações.

"Será feito um projeto de interiorização, com parcerias entre o SESCON/RS e entidades sindicais, associações e órgãos públicos."

Muito se tem falado sobre a Reforma Sindical. Na sua opinião, ela realmente é necessária?

Sim, porque a multiplicação desmedida de sindicatos, tanto patronais, como de trabalhadores, deve ser freada. A própria lei que criou a estrutura sindical é antiga e precisa ser adequada aos tempos atuais. A proposta é meritória por ter sido construída de forma tripartite com a participação de representantes de trabalhadores, empresários e Governo que a discutiram amplamente no Fórum Nacional do Trabalho. Agora é aguardar a votação no Congresso Nacional, de quem se espera a correção para alguns problemas quanto à sustentabilidade financeira e de representação dos sindicatos, e principalmente, em relação a proposta de prevalência das negociações nacionais entre centrais e confederações sobre as negociações dos sindicatos. Da forma como está proposta esta questão haverá a inversão da pirâmide sindical.

O que os associados e representados da entidade podem esperar do SESCON/RS, com a sua liderança?

Não ambicionei isto, estou aqui porque um grupo acreditou que eu poderia estar. Porém, posso afirmar que hoje tenho disposição, tenho vontade de ser presidente e prometo me dedicar inteiramente. Juntamente com os demais integrante do grupo diretivo, pretendo realizar uma gestão participativa no campo das idéias e das ações.

O Sescon/RS, na última gestão, firmou algumas parcerias com a Claro, Ulbra ..., elas permanecerão?

As parcerias serão avaliadas e, aquelas que forem de interesse dos associados/representados pelo SESCON/RS, serão mantidas. Da mesma forma, poderá haver ampliação através de contatos com novos parceiros. Porém, só serão efetivadas aquelas que, realmente, forem de interesse do nosso associado/representado.

Quais as dificuldades e os desafios que o senhor acredita que irá encontrar na sua gestão?

Teremos algumas dificuldades, sim. A maior delas é a representação efetiva em toda a base representada pelo SESCON/RS, que é o Estado do Rio Grande do Sul, exceto a cidade de Caxias do Sul. Temos milhares de empresas a quem representamos em todo o Estado com uma atuação bastante significativa em Porto Alegre e na Região Metropolitana. Porém, sentimos dificuldade em chegar, efetivamente, no interior. Em função disso, será feito um projeto de interiorização, com parcerias entre o SESCON/RS e entidades sindicais, associações e órgãos públicos, a fim de levar, a esses locais, cursos, palestras, seminários, workshops, convênios e outros serviços que o SESCON/RS poderá oferecer.

A elevada carga tributária tem sido uma das maiores reclamações dos empresários, pois tem obrigado muitos a fecharem as portas de suas empresas. O senhor vê alguma saída para este problema?

Não diria que está levando muitos a fecharem as portas, mas com certeza está desmotivando novos empreendimentos e impedindo o crescimento da atividade econômica com todas as suas conseqüências danosas como desemprego e marginalização social e empresarial. A redução da carga tributária para as empresas representadas pelo SESCON/RS será uma luta constante juntamente com todas as entidades da sociedade organizada. Eu só vejo uma forma desta redução acontecer: mediante a "redução" do Estado, pois o que temos, hoje, é um Estado gigantesco, autofágico, que consome os tributos, em sua maioria, para a própria manutenção, gerando poucos benefícios à população, se os relacionarmos aos impostos que ela paga. Não queremos um "Estado mínimo", queremos um "Estado ideal".

Escritórios de Contabilidade

investem em gestão empresarial

"Hoje não fazemos apenas os cálculos, apresentamos ao cliente estratégia de ação, com análises e projetos junto ao empresário, influenciando na administração e participando diretamente da gestão desta empresa".

Em conseqüência de um mercado cada vez mais exigente, tornou-se inevitável a capacitação estratégica dos empresários da área contábil para atender cada vez melhor seus clientes. Com base na diferenciação de serviços, escritórios contábeis passam a oferecer análises econômicas, financeiras, de balanços e de investimentos, e perpetuam uma das profissões mais tradicionais do ramo. *"Hoje não fazemos apenas os cálculos, apresentamos ao cliente estratégia de ação, com análises e projetos junto ao empresário, influenciando na administração e participando diretamente da gestão desta empresa"*, garante José Lenz, um dos sócios da Lenz Bergesch Assessoria Estratégica, de Lajeado, que há 16 anos atua no mercado, e hoje conta com cerca de 40 funcionários. *"Um diferencial foi oferecer uma assessoria estratégica e não somente um escritório de contabilidade. E estar bem informado, é básico. É preciso ter visão ampla dos negócios para competir"*, salienta Lenz, considerando quesitos importantes para desenvolver uma linguagem empresarial próxima a do cliente.

Conforme Lenz, é importante superar as expectativas, trazer novidades e apresentar soluções. Para avaliar o desempenho da Lenz e Bergesch, serve como termômetro o prêmio conquistado no ano passado, o Troféu Bronze do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP). *"Fomos a primeira empresa da área a receber o troféu. Este ano estamos concorrendo ao Troféu Prata"*, aposta o empresário, que em 2002 também levou medalha na disputa com outras empresas gaúchas.

Outra forma de permanecer em destaque, é o investimento no tripé: pessoas (capacitar e reter talentos), processos (qualificar, otimizar e inovar) e clientes (fidelizar através da personalização e diferenciação). *"Investimos na qualificação de nossos recursos humanos. Participamos ativamente da área contábil, como do Encontro Nacional dos Serviços Contábeis, que este ano é em Santos/SP. E buscamos aperfeiçoar constantemente nossos sócios, com investimento em especialização, pós-graduação, mestrado na área de gestão financeira, controladoria e administração, assim como língua estrangeira"*, conceitua Lenz, de olho na competência.

Segundo Angela Maria Stroeher, também sócia da empresa, a formação profissional é o diferencial. *"Quando se vem de uma área técnica, é importante desenvolver potenciais na área de estratégia para projetar o cliente para o futuro. Isso mostra a preocupação em saber interpretar também os problemas administrativos, sempre com respostas rápidas e eficientes"*, destaca ela. Entra nessa diversificação, a oferta de serviços, como projetos de financiamento e investimento, auditorias internas e perícias.

Mas existem outros desafios a serem enfrentados, como a necessidade de manter-se atualizado com as constantes alterações na legislação, assim como driblar a elevada carga tributária e enfrentar o mercado da informalidade e a burocracia. *"Desde o ano passado, o Governo vem aumentando a burocracia, acrescentando novas atividades. Isso nos preocupa porque em princípio não estamos conseguindo repassar para os custos todo esse pacote de novas ações. Além disso, para qualquer uma dessas atividades que não seja realizada corretamente, há uma multa pecuniária bastante alta"*, acrescenta o outro sócio, Glicério Bergesch, também presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos do Vale do Taquari (Sincovat).

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS), Enory Luiz Spinelli, diz que existe uma a dificuldade de negociar reajuste do valor dos serviços para um momento de economia recessiva. Há, ainda, segundo ele, o aumento da carga tributária das empresas de contabilidade, que ficará entre 7 e 8%, aumento significativo dos custos, que terá que ser repassado aos custos dos serviços e não há como absorvê-los.

"É importante desenvolver potenciais na área de estratégia para projetar o cliente para o futuro".

Para Luiz Duarte, diretor das Organizações Duarte Assessoria e Contabilidade, de Novo Hamburgo, definir o foco de trabalho é um dos passos mais importantes. O seu escritório atende somente empresas exportadoras e mercado Exterior. Para isto, investiu na qualificação profissional dos seus 27 funcionários. *"Tornou-se imprescindível falar italiano, alemão e inglês, para tratar com o cliente estrangeiro. Para estreitar ainda mais a relação com o cliente, também mantemos contato online com as empresas e criamos aqui salas para atendimento e para ministrar cursos fechados para eles"*, conta Duarte, que estará oferecendo para seus clientes o curso sobre Processo Crime. *"É preciso instruir e assessorar nossos clientes sobre o que está acontecendo na área jurídica. Hoje o empresário que tem a sua empresa autuada por sonegação, leva processo crime. Independente de ter pago a multa, o empresário pode ir para a cadeia, assim como o contador"*, preocupa-se.

Com experiência de 20 anos no mercado, Duarte diz atuar diretamente na gestão das empresas e também busca estar preparado para enfrentar a burocracia exigida pelas novas regras ditadas pela fiscalização. Para ele, é preciso estar estruturado para atender às novas exigências do fisco e toda a burocracia para conseguir se defender dos exorbitantes multas. Obrigações que tomam mais tempo do escritório do que o próprio cliente. *"Passamos a instruir e capacitar nosso quadro pessoal, a estreitar nossa comunicação com os sindicatos para ganhar representatividade, além de ser o local propício para troca de informações e de conhecimentos profissionais"*, revela ele.

A conquista de tanto empenho são os resultados. *"Temos planejamento estratégico da nossa empresa de 3 anos e nossa meta é de obter lucro de até 20% ao mês. Em maio, tivemos 18%. Chegamos quase lá"*, finaliza Duarte, apostando as fichas no mês de junho.

Programa de Qualidade Total
Fecha com Chave de Ouro
Gestão 2000/2003

Tadeu Saldanha Steimer presidiu o SESCON/RS durante o triênio 2000/2003. Quando assumiu, citou como principais objetivos: elaboração de estratégias para motivar a contratação de empresas prestadoras de serviços; a divulgação do sindicato; estabelecimento de relações com os órgãos públicos, visando a defesa dos interesses das empresas integrantes das categorias representadas; assinatura de parcerias que trouxessem benefícios ao bom exercício das atividades do SESCON/RS.

O SESCON/RS cresceu e, segundo Tadeu Steimer, foi a determinação de progredir que fez o *"nosso sindicato ser uma entidade forte. Chegamos a esse estágio graças ao apoio dos nossos associados e representados, aos quais dedicamos cada passo dado até hoje"*.

As mudanças na economia mundial, com conseqüências no mercado nacional, fizeram a entidade revisar alguns conceitos, implantando um pool de atividades para beneficiar os associados e representados pelo SESCON/RS, como, por exemplo, a qualificação profissional através de seminários, cursos, workshops e palestras.

Manter a sede com a infra-estrutura necessária foi uma de suas preocupações. Localizada no bairro São João, tem instalações modernas, contando com biblioteca, aparelhos de TV e Internet, 2 auditórios para 73 e 40 pessoas, salão para recepções, departamento de recursos humanos, departamento de informática e Assessoria Jurídica.

A criação do Comitê Setorial de Serviços, através da implantação do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) foi uma das ações importantes da gestão, além da afirmação da Revista do SESCON/RS como um dos órgãos informativos da entidade, através de sua periodicidade e credibilidade.

Mantendo a estrutura já consagrada da entidade, neste período, realizou inúmeros cursos, palestras e seminários, com o objetivo de atualizar e informar as categorias representadas, além de algumas ações que devem ser citadas para demonstrar a gestão de sucesso que empossou Luiz Carlos Bohn.

As parcerias também merecem destaque, na gestão

de Tadeu Steimer. Em março de 2000, o SESCON/RS assinou convênio com a Ulbra Saúde, beneficiando titulares e dependentes de cerca de dez mil empresas associadas/representadas. Em julho de 2001, efetivou mais duas parcerias: com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS), garantindo a contratação de estagiários para dez mil empresas associadas/representadas pelo sindicato; e, com a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania

e Assistência Social (STCAS), oferecendo, através do Programa Primeiro Emprego, a contratação de jovens às empresas para os quais o SESCON/RS presta serviços. No final do mesmo ano, a parceria com a Claro Digital possibilitou a oferta de um plano de benefícios exclusivo para os associados/representados.

Durante a gestão, uma nova entidade representativa surgiu: o Sistema Fecomércio-RS (Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul), resultado da união das federações do Comércio e de Serviços, com cerca de cem sindicatos filiados e aproximadamente 280 mil empresas. A época era de pulverização das federações sindicais do setor terciário gaúcho que não tinham representatividade política empresarial. A unificação contou com o apoio do SESCON/RS, filiado da federação.

O sindicato firmou convênio com a Fenacon (Federação Nacional de Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações), em nível nacional, possibilitando a participação do SESCON/RS, efetivamente, das atividades da federação. Na época, Tadeu Steimer afirmou: *"essa adesão será benéfica a todos os nossos associados/representados; é uma vitória que demonstra a nossa preocupação na busca da renovação"*.

O SESCON/RS, hoje, é tido como um sindicato modelo, pela população que, ao longo dos anos, acompanhou o trabalho desenvolvido pela entidade, não somente para seus associados/representados. *"Acho que o segredo do SESCON/RS é nunca ter repetido o presidente. Fui o quinto presidente da entidade e nunca houve reeleição. Portanto, de três em três anos, damos um fôlego para o sistema, sem continuísmo,*

"A criação do Comitê Setorial de Serviços, através da implantação do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) foi uma das ações importantes da gestão."

"As mudanças na economia mundial, com conseqüências no mercado nacional, fizeram a entidade revisar alguns conceitos, implantando um pool de atividades para beneficiar os associados e representados."

embora cada presidente procure manter o que foi realizado pelo antecessor, ampliando as ações. Porém, cada um empresta, ao sindicato, sua identidade, seu trabalho, sua vontade, sua abnegação".

Todo associado/representado do SESCON/RS, que se mantém em contato com sua entidade representativa, aproveita estes inúmeros eventos para qualificar sua empresa, seus funcionários e a si próprio, atualizando-se e aproveitando os benefícios que a entidade procura, sempre, ofertar. Tadeu Saldanha Steimer finaliza a análise de sua gestão afirmando que *"eu só tenho a agradecer aos meus companheiros de diretoria, que foram incansáveis no apoio, no trabalho, enfim, sozinho, eu jamais teria conseguido manter o alto padrão do SESCON/RS sem um grande time, uma equipe coesa e unida, que soube dar andamento às ações de sucesso e esteve comigo em todos os momentos".*

O SESCON/RS desenvolveu algumas ações que possibilitaram o reconhecimento público recebendo o Certificado de Responsabilidade Social em 2003:

1. Participação no Mc Dia Feliz, promovido pelo Instituto do Câncer Infantil.
2. Distribuição de 160 kg de alimentos às instituições carentes.
3. Além de outros benefícios oferecidos, como programas de qualificação profissional de seus funcionários e representados, planos de saúde, e convênio com a Claro Digital.

A partir de 2003, dando continuidade ao objetivo de prestar serviços, promover e qualificar, o Comitê Setorial de Serviços SESCON/RS executou ações, dentro de sua missão de estimular, promover e disseminar conceitos de gestão pela qualidade, métodos e ferramentas para o aumento da produtividade com inovação e criatividade. Tendo por base estes elementos, o SESCON/RS realizou projetos de qualificação profissional para funcionários e associados; disponibilizou convênios e planos diferenciados; e fez doações de alimentos.

Algumas Ações Planejadas e Executadas na gestão 2000/2003:

- XI Encontro Estadual de Sindicatos Patronais do Comércio e Serviços realizada juntamente com o Sindilojas de Bento Gonçalves;
- Convênio com a Caixa Econômica Federal, com a Fenacon e com a Apejust;
- Parcerias com a ABRH-RS, com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCSA),
- Participação do SESCON/RS no programa "Atividade Meio-dia", TV Guaíba;
- Participação do SESCON/RS no programa "Bom Dia" da Rádio Guaíba;
- Workshop "Qualificar é Preciso", realização de 3 edições;
- Presença da entidade na audiência pública no Congresso Nacional (Comissão de Finanças e Tributação), para debate sobre o Simples e GPS Eletrônica;
- Adoção de campanhas sociais, determinando que, a cada primeira palestra do mês, um quilo de alimento não-perecível deva ser doado a entidades carentes;
- Ampliação da atuação dentro do PGQP, com a criação do Comitê Setorial de Serviços SESCON/RS, que deu início com 130 empresas;
- Promoção do ENESCAP-SUL (Encontro de Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Sul do Brasil);
- Formação através do curso Gerenciamento da Qualidade com Treinamento e Educação Continuada (GQTEC), de Consultores Internos;
- Curso de Avaliador Nível I, que capacitou os participantes a realizarem avaliações de Gestão de Qualidade Total, de acordo com os critérios do PGQP;

ENCADERNAÇÃO DE CAPA DURA

KIT PRÁTICO PARA ENCADERNAÇÃO

FAÇA VOCÊ MESMO SUA ENCADERNAÇÃO TODA COSTURADA E DE CAPA DURA EM APENAS 5 MINUTOS

POR APENAS R$ 2,80 80 COL.

CARTONAGEM FERNANDEZ

CONTATO

e-mail: vendas@cartonagemfernandez.com.br

www.cartonagemfernandez.com.br

FONE: (0xx18) 273-1115

3º ENESCAP-SUL

Mais de 400 empresários trocaram experiências

Germano Rigotto faz abertura oficial

Empresários prestigiaram o evento

O 3º Enescap-Sul (Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas do Sul do Brasil), promovido pelo SESCON/RS, de 23 a 26 de março de 2004, reuniu mais de 400 empresários da área de serviços que, dentre outras atividades, debateram sobre política, economia e atividades sociais, assistiram palestras e realizaram um intercâmbio de idéias e ações de sucesso.

O camelô, David Portes, foi atração no encontro

O Enescap-Sul foi realizado pela primeira vez no Rio Grande do Sul e o sucesso do evento garante que, no futuro, mais uma edição do encontro possa ser realizada pelos gaúchos, privilegiando o empresariado da área de serviços e, com certeza, desenvolvendo o turismo gaúcho.

Eleições na FECOMÉRCIO

Flávio Sabbadini foi reeleito para presidência da Fecomércio-RS, triênio 2004-2007, em pleito realizado no dia 3 de maio. O SESCON/RS estará presente nesta gestão, através de seu Presidente, Luiz Carlos Bohn, como Vice-presidente de Finanças e Patrimônio e dos diretores Joel Carlos Köbe, Olemar Teixeira, Marice Fronchetti e Júlio Roberto Lopes Martins.

Inauguração da Sede da FENACON

O Presidente participou, nos dias 20 e 21 de maio, da Assembléia de Representantes da Fenacon, em Brasília, ocasião em que aconteceu a inauguração da nova sede da Federação Nacional.

BOHN TOMA POSSE NO SESCON/RS

No último dia três de maio, Luiz Carlos Bohn tomou posse como presidente do SESCON/RS, para o triênio 2004-2007, em cerimônia realizada na Sogipa, nos salões Hannover e Baviera.

FEIRA do Empreendedor

O SESCON/RS esteve com estande, na Feira do Empreendedor, promovida pelo Sebrae/RS, de 5 a 8 de junho, na FIERGS.

ICMS Eletrônico

O Presidente Luiz Carlos Bohn, esteve presente, dia 3 de maio na Secretaria da Fazenda, ocasião em que foi assinado o convênio que estabelecerá fórum de discussão do ICMS/Eletrônico.

Aniversário do SINCOVAT

O SESCON/RS participou do aniversário de 30 anos do Sincovat, realizado em Lajeado no dia 4 de maio. O Presidente Luiz Carlos Bohn e os diretores Olemar Teixeira, Décio Becker e Inelva Fátima Lodi, prestigiaram o evento.

por Juremir Machado

Novo Homem & Pesquisas de Opinião

Uma pesquisa acaba de descobrir, finalmente, o assunto que os homens "normais" preferem: futebol e mulher. Inimaginável. Pela ordem: futebol e mulher. Alguns, mais sofisticados, caso se possa falar em sofistação num caso desses, foram mais longe: futebol & mulher. Esse sinal gráfico "&" muda tudo. Passa-se da justaposição, mecânica, para a interação, orgânica. Uma verdadeira associação. Sem fins, necessariamente, comerciais ou lucrativos. A metodologia da pesquisa não foi divulgada.

Não se sabe, portanto, o que se entende por homens "normais". Mas a resposta parece óbvia como uma meia-lua: aqueles que adoram conversar sobre futebol & mulher. Pela ordem. Elementar.

É certo, então, que esses homens adoram mulher no futebol. Negativo. Num nível mais avançado de levantamento a pesquisa mostra que os entrevistados detestam mulher no futebol. Num estádio, aceitam a mulher dos outros. Seriam capazes de levar a própria se fosse muito gostosa. Agora, que eles não aturam mesmo é futebol feminino. Acham que as jogadoras não estão técnica e fisicamente à altura dos machos que se exibem nos gramados. Lamentam que não haja nenhum Kaká nas equipes femininas. Alguns consideram o atacante do Milan uma boneca só comparável ao gato Beckham. Não encontram equivalentes entre as meninas boleiras.

Conclusão da pesquisa: os homens que gostam de futebol já não são os machistas e machões de antes. Admiram a beleza de Kaká, valorizam o cuidado do corpo masculino, querem garotas produzidas no futebol, não temem mostrar-se com uma mulher bonita num estádio repleto de marmanjos, são capazes de reconhecer generosamente as qualidades das mulheres dos outros e sabem bem separar as coisas: tem hora de ver futebol e hora de falar de futebol & mulher. No intervalo de um jogo, por exemplo, pode-se falar de futebol & mulher. A pesquisa foi encomendada pela Associação Nacional dos Ficcionistas. Perdida no meio dos originais para um concurso de contos hipermodernos tirou o primeiro lugar na categoria "documentários escritos". Pura verdade!

Conheça em "primeira mão" nossa *futura sede*

14 anos

Folhamatic investindo em *você*

- 13.500 m² de área total - 4.000 m² de construção na 1ª fase
- Estacionamento exclusivo para Clientes, com segurança e capacidade para 300 vagas.
- 3 auditórios com capacidade para 400 pessoas
- 4 salas de Atendimento Exclusivo
- Prédio Inteligente, capaz de integrar inovadoras soluções tecnológicas de informatização e automação predial em pleno funcionamento, com uma arquitetura contemporânea, linhas aerodinâmicas utilizados pelo arquiteto paulista Aquiles Nicolas Kilaris para conceber o edifício Folhamatic.

Sua empresa nossa prioridade.

0800 154400

www.folhamatic.com.br

ISO 9001 2000 · TOP OF BUSINESS

Localizado no maior pólo tecnológico da América Latina.

FOLHAMATIC
Folha de Pagamento

E-FISCAL
Escrita Fiscal + Impostos + Livro caixa

TELECONT
Contabilidade + LALUR + Ativo

ADMSOFT
Administrador de Escritório Contábil + Financeiro + Cálculo de Impostos em Atraso

FISCALMATIC
Legislação Online

Filial Porto Alegre RS - R. Vigário José Inácio, 399 - 4º andar - conj. 406 - Centro / CEP: 90020-100 - tel.: (051) 3211-6841

ProContábilGold

Aprovado pela Classe Contábil em todo o Brasil

Em automação de escritórios
não existe nada igual.
É o mais completo gerenciador
disponível no mercado.
Centenas de contadores
aprovaram e recomendam.

Ligue:

0800 551037

R. Sete de Setembro, 515
7º andar - Centro - P. Alegre - RS
Cep 90010-190

Fone: (51) **3027.6900**

Fax: (51) **3027.6909**

Prosoft

Somando soluções para obter resultados.